



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

*Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores
Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários*

8.1.2010

COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

Assunto: Audição do Sr. Michel BARNIER, Comissário indigitado para o Mercado Interno e Serviços

Submetem-se à atenção dos Senhores Deputados, em anexo, as respostas apresentadas por escrito que nos foram enviadas pelo Sr. Michel BARNIER.

O Secretariado

RESPOSTAS DO COMISSÁRIO INDIGITADO

Michel BARNIER

(Mercado Interno e Serviços)

AO QUESTIONÁRIO

DO PARLAMENTO EUROPEU

Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

- 1. Quais os aspectos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais as suas motivações? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas actividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

O meu empenho no projecto europeu remonta ao início da minha carreira política e constitui o fundamento de todas as minhas funções oficiais desde há mais de 15 anos. Com efeito, após ter exercido o cargo de «*Ministre de l'environnement*» (Ministro do Ambiente) em França, fui nomeado «*Ministre délégué aux affaires européennes*» (Ministro Delegado para os Assuntos Europeus) em 1995, igualmente encarregado da negociação do Tratado de Amesterdão, e em seguida ocupei a presidência da «*délégation des Affaires européennes*» (delegação dos Assuntos Europeus) no Senado Francês, antes de integrar a Comissão de Romano Prodi com o posto de Comissário responsável pela Política Regional, entre 1999 e 2004. É, pois, para um segundo mandato de Comissário europeu que sou hoje indigitado, na Comissão de José Manuel Durão Barroso.

Trouxe esse empenho para Bruxelas, como Comissário, mas também através de uma experiência apaixonante como Presidente do Conselho «Agricultura e Pescas» durante a Presidência Francesa da UE, no segundo semestre de 2008, e desde há 6 meses, como deputado ao Parlamento Europeu. Servir o interesse europeu nestas três instituições é uma oportunidade e um verdadeiro orgulho para mim.

Desde o início da minha carreira política, procurei sempre reconciliar a Europa com as populações. Foi por essa razão que, logo em 1995, lancei o «*Dialogue pour l'Europe*» (Diálogo pela Europa), no âmbito do qual me deslocava semanalmente a um «*département*» (divisão administrativa em França) para dialogar e explicar a Europa no terreno. Foi igualmente essa vontade que guiou o meu resolutivo empenho a favor do «Sim» ao projecto de Constituição para a União Europeia em 2005, como «*ministre des Affaires étrangères*»

(Ministro dos Negócios Estrangeiros). Enfim, é também a razão pela qual tive o prazer de animar a campanha das últimas eleições europeias em França, no passado mês de Junho.

A minha convicção europeia manteve-se intacta ao longo de todos estes anos. Se for confirmado nas funções de Comissário responsável pela pasta «Mercado Interno e Serviços», prosseguirei este empenho em aproximar a Europa dos cidadãos em todas as minhas acções quotidianas e, nomeadamente, deslocando-me regularmente aos diversos Estados-Membros para dialogar, no terreno, com os eleitos, os responsáveis económicos e sindicais e os cidadãos da UE. Há mais de 10 anos que não exerço qualquer mandato local ou nacional em França. Fui eleito durante 27 anos, mas considero que o meu compromisso europeu deve ser total.

Tal como todos os outros Comissários e conforme fiz já no passado quando assumi o cargo de Comissário responsável pela Política Regional, empenho-me igualmente em respeitar escrupulosamente o disposto no artigo 17.º do Tratado da União Europeia, no artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e no Código de Conduta dos Comissários. Hoje, o facto de ter podido exercer funções nas três instituições europeias e esta experiência de trabalho com o Parlamento e o Conselho ser-me-ão muito úteis para prosseguir as acções necessárias à integração do mercado interno e dos serviços. Toda a minha experiência passada ser-me-á particularmente útil para instalar um diálogo sincero com o Parlamento e o Conselho, no objectivo de promover em conjunto o interesse geral europeu.

Por ter participado na elaboração de alguns dos últimos tratados europeus (Amesterdão, Nice, Convenção, etc.), nutro um profundo respeito por estes vínculos e obrigo-me, a mim próprio, assim como a todas as minhas equipas, a promover o interesse europeu e a nada me comprometer que possa lançar a mínima dúvida sobre a minha acção ao serviço da Europa. Quer nas minhas deslocações quer nos meus encontros, farei ponto de honra, como sempre fiz, em tratar de modo igual todos os Estados-Membros.

Gestão do pelouro e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões

2. De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por acções suas ou dos seus serviços?

Uma Europa que funciona traduz-se por uma Comissão que propõe – que desempenha o seu papel de impulsora – e por um Parlamento e um Conselho que decidem em conjunto. Cada uma das instituições, reforçada pelo Tratado de Lisboa, tem um lugar e um papel preponderante a desempenhar.

As questões do mercado interno e dos serviços serão determinantes para relançar o crescimento. Como Comissário responsável pela pasta «Mercado Interno e Serviços» e enquanto membro do Colégio, tenciono continuar a conferir esse papel «político» à Comissão Europeia. Consultando, deslocando-me ao terreno, junto dos cidadãos europeus, lançando projectos e iniciativas nos domínios que me competem, mas também participando *activamente* nos trabalhos do Colégio.

O pelouro influencia numerosos aspectos da vida das empresas, dos consumidores e dos cidadãos europeus. Estas questões são, por essência, muito transversais, pelo que deverão ser

coadunadas com a acção de diversos colegas meus no Colégio dos Comissários.

Este compromisso político europeu deve traduzir-se em todas as suas dimensões, nomeadamente nas relações construídas e em confiança com as duas instâncias de decisão: o Parlamento e o Conselho. É meu hábito assumir plenamente as minhas responsabilidades políticas, como sempre fiz nas funções que anteriormente desempenhei, e informar e associar estreitamente o Parlamento aos meus trabalhos e reflexões.

Tendo-me eu próprio apresentado ao sufrágio universal por ocasião das eleições de 7 de Junho, reconheço particularmente a importância de cada deputado no debate democrático europeu.

Amanhã, se for confirmado nesta função de Comissário, pretendo construir com os deputados um novo quadro de diálogo, um quadro que desejo responsável e em confiança, no respeito do papel das várias instituições definidas pelos Tratados.

Na minha missão de responsável pela pasta «Mercado Interno e Serviços», considero que o Parlamento Europeu é um sólido parceiro no trabalho tendente a uma melhor apropriação destas questões pelos cidadãos. Disse Jacques Delors: «Ninguém se apaixona pelo mercado interno». Porém, estas questões estão no cerne da vida de todos nós, Europeus: empresários, consumidores, viajantes. O mercado interno tem sido o motor da integração europeia desde há 50 anos e, neste trabalho de reapropriação pelos nossos concidadãos, a minha convicção é de que os seus eleitos, os deputados europeus, são um elo indispensável para compreender o que está em causa e recolocar este imenso mercado ao seu serviço. Contai, pois, com o meu apoio e a minha cooperação nesse sentido.

3. Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação com o Parlamento e as suas comissões, e de seguimento efectivo das posições e solicitações do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas, tendo igualmente em conta a entrada em vigor do Tratado de Lisboa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Neste momento, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e o alargamento da co-decisão (processo legislativo ordinário) marcam um verdadeiro avanço na transparência do processo comunitário de tomada de decisões, o que, conforme é meu desejo desde há muito tempo, contribuirá para aproximar um pouco mais os povos das instituições. Este novo quadro de discussão entre Comissão, Parlamento e Conselho será para construir em conjunto, a fim de transmitirmos uma plena legibilidade das decisões comunitárias, mas estou firmemente decidido a envolver-me nesta missão, em especial junto das comissões parlamentares que acompanham a minha pasta. Assim, declaro-me pronto a responder aos convites do Parlamento para reuniões das comissões, mas também para uma comunicação directa com os deputados interessados.

É este trabalho de diálogo e cooperação que deve permitir melhorar a transparência e a confiança. Terei no meu gabinete um conselheiro especificamente encarregado deste trabalho de cooperação, e posso garantir-vos a sua inteira disponibilidade. Comprometo-me,

obviamente, a respeitar a totalidade das disposições do acordo-quadro que rege as relações entre as nossas duas instituições.

De resto, como o Parlamento Europeu e o Conselho desempenham conjuntamente um papel de co-legislador, parece-me de todo natural e desejável tratá-los em pé de igualdade no que toca aos documentos relacionados com os procedimentos legislativos.

Perguntas relativas às políticas

4. Quais as três prioridades principais que tenciona fazer avançar enquanto parte do domínio de competências que lhe é proposto, tendo em conta, se tal for pertinente, a crise financeira, económica e social, bem como as preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável?

1. Relançar o Mercado Único: O mercado único é o motor do crescimento europeu. Defender o mercado interno implica controlar a aplicação do acervo comunitário pelos Estados-Membros e garantir regras iguais para todos sem entraves nem discriminações. Não será poupado um só esforço, nomeadamente para desenvolver os instrumentos de assistência aos cidadãos e às empresas. A crise económica, social e financeira revelou que é preciso avaliar o mercado único em profundidade, a fim de identificar novas fontes de crescimento e de emprego e também reforçar a posição da União Europeia na cena mundial. Para isso, temos de identificar, através de estudos sobre o funcionamento dos mercados, os domínios nos quais o mercado interno não oferece todo o seu potencial, apresentar novas iniciativas tendentes a relançar o crescimento ao serviço dos cidadãos e das PME. Neste âmbito, importará prestar atenção acrescida à dimensão social das medidas previstas.

2. Sair da crise e garantir a estabilidade de um sistema financeiro onde os aforradores são protegidos: Sou a favor de um sector financeiro europeu dinâmico, inteligentemente regulado e eficazmente vigiado. É vital, se quisermos restaurar a confiança dos aforradores e dos investidores – confiança de que depende em parte a retoma da nossa economia. Será igualmente necessário definir as modalidades de uma regulamentação eficaz, sem todavia criar entraves excessivos. Identifiquei cinco objectivos para dar bases mais sólidas e justas ao nosso sistema financeiro: i) um sector financeiro ao serviço de um crescimento sustentável; ii) um sector mais justo, com consumidores, aforradores e PME correctamente protegidos; iii) um sector mais bem disciplinado, com melhor supervisão das instituições financeiras e maior coordenação ao nível europeu; iv) dotarmo-nos dos instrumentos que nos permitirão gerir as crises; v) enfim, colocarmo-nos na vanguarda da procura de soluções comuns à escala mundial. Uma participação activa da União nos trabalhos do G-20 e das outras instâncias internacionais e o desenvolvimento das relações com os nossos principais parceiros é, a este respeito, essencial.

3. Construir uma economia baseada no conhecimento: Tenciono adaptar aos novos desafios a nossa estratégia relativa aos direitos de propriedade intelectual. Há que modernizar e reforçar o sistema europeu de propriedade intelectual, a fim de promover a economia do conhecimento. Desejo um quadro completo e coerente dos direitos de autor que permita responder aos novos desafios, como, por exemplo, a digitalização. As negociações sobre a patente comunitária e o sistema unificado de resolução de litígios em matéria de patentes devem ser levadas ao termo. Para que as empresas europeias possam plenamente concretizar o

seu potencial de inovação e de criação, é necessário um quadro de propriedade intelectual moderno que estimule os investimentos e o progresso tecnológico e facilite o acesso ao conhecimento e a sua disseminação.

5. Quais as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário? Que compromissos específicos pode assumir, nomeadamente no que diz respeito às prioridades e solicitações das comissões, apresentadas em anexo, que poderão vir a ser do seu domínio de competências? De que modo garantiria, a título pessoal, a boa qualidade das propostas legislativas?

No domínio dos serviços financeiros, só uma cooperação acrescida poderá permitir-nos assegurar uma vigilância eficaz de um mercado europeu integrado, inclusive em tempo de crise. Pretendo finalizar com o Parlamento e o Conselho a reforma da supervisão na Europa. Faço questão de assegurar que o novo sistema – e, mais particularmente, as três novas autoridades – arranque nas melhores condições, e prepararei em tempo útil a prevista avaliação do novo sistema. Tenciono propor à Comissão o estabelecimento de um quadro jurídico para a gestão e a resolução de crises. Esse quadro deve reforçar e harmonizar a supervisão dos grupos em termos de fundos próprios e de liquidez e a estabilidade financeira em cada Estado-Membro e no conjunto da União. Os meus serviços estudarão também a criação de fundos europeus de garantia dos depósitos e de resolução. Uma das lições da crise é a necessidade de futuramente reforçar a qualidade e o nível dos fundos próprios dos bancos. Prevejo uma quarta revisão da Directiva «Fundos Próprios Regulamentares» (CRD4), a fim de inserir no direito comunitário a agenda do G20 e os trabalhos do Comité de Basileia. A criação de um quadro moderno de supervisão no sector dos seguros é um desafio de primeiro plano, que se traduzirá pela adopção das medidas de aplicação da Directiva «Solvência II». Os reformados europeus devem beneficiar de sistemas de aposentação seguros e eficazes. Desejo uma reforma por ocasião da revisão da Directiva IRPPP (relativa às actividades e à supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais).

No domínio dos mercados financeiros e respectivas infra-estruturas, está muito por fazer. Desejo que as directivas «abusos de mercado» e MiFID sejam reapreciadas. Vou propor à Comissão um quadro legislativo coerente para os produtos derivados de ajuste directo («OTC»), assim como para as actividades e as infra-estruturas ditas de pós-negociação, incluindo uma proposta legislativa sobre os valores mobiliários detidos por intermediários. No que respeita ao Espaço Único de Pagamentos em Euros (SEPA), pretendo propor a adopção pelo Colégio de uma iniciativa legislativa destinada a instaurar uma ou várias datas-limite para que os levantamentos automáticos e as transferências migrem para os produtos SEPA, assim como uma iniciativa destinada a melhorar a governação. No domínio dos serviços financeiros de retalho, considero que, face à fragmentação actual do mercado do crédito, nomeadamente imobiliário, devemos apresentar iniciativas responsáveis em matéria de concessão e contracção de empréstimos. Mais especificamente sobre os produtos financeiros de retalho, desejo propor um quadro legislativo coerente, para que os aforradores sejam mais bem informados e aconselhados. Tenciono debruçar-me sobre a questão das sanções.

No que toca à governação de empresas, proporei um relatório sobre a governação nas instituições financeiras, com propostas para remediar as insuficiências reveladas pela crise. É minha intenção apresentar, também rapidamente, um relatório sobre a execução da

recomendação relativa à remuneração nos serviços financeiros, assim como outras iniciativas destinadas a eliminar práticas de remuneração abusivas. Procederei de modo idêntico no que toca à execução da recomendação relativa à remuneração dos administradores, seguida, se necessário, de propostas adequadas. Em relação às sociedades cotadas em bolsa, será publicado muito em breve um relatório sobre a aplicação da Directiva «Transparência», seguido, eventualmente, de uma proposta de alteração.

No domínio da informação financeira, uma das minhas prioridades será a adopção pela totalidade dos nossos parceiros, com destaque para os Estados Unidos, de normas contabilísticas internacionais de alta qualidade, em conformidade com as recomendações do G-20. Desejo igualmente melhorar de maneira significativa a governação do IASB. Em relação às PME, desejo apresentar um projecto ambicioso de modernização das regras de contabilidade. Em matéria de controlo legal das contas, as minhas prioridades serão o desenvolvimento da cooperação internacional, que permita chegar ao reconhecimento mútuo dos sistemas de supervisão dos auditores e à eventual adopção das normas internacionais de auditoria (ISA). Quanto ao direito das sociedades, e em resposta aos desejos expressos pelo Parlamento Europeu, sugirirei que a Comissão aprofunde a questão da transferência internacional de sedes de sociedades. Apresentarei igualmente um relatório sobre o funcionamento do estatuto da sociedade europeia.

O sector dos serviços é o motor económico da União. Realizar o mercado único dos serviços é, pois, uma prioridade. O processo de avaliação mútua previsto pela Directiva «Serviços», que decorrerá ao longo de 2010, deverá permitir uma panorâmica da situação nos Estados-Membros e ajudar a identificar a eventual necessidade de acções complementares. A comunicação sobre o acompanhamento do sector dos serviços de distribuição e do comércio de retalho possibilitará também um diagnóstico.

A Directiva «Serviços» é ainda um bom exemplo dos esforços da Comissão para melhorar a execução das directivas. A cooperação entre o Parlamento e a Comissão em matéria de transposição torna-se cada vez mais importante numa União a 27. Proponho que se prossiga e reforce essa cooperação, em benefício dos cidadãos e das empresas europeias. Por outro lado, a Directiva «Reconhecimento das Qualificações Profissionais» será objecto de uma avaliação completa. Continuarei a defender o acervo comunitário e a utilizar os poderes da Comissão para suprimir os obstáculos que os Estados-Membros persistem em manter. Todavia, o bom funcionamento do mercado interno implicará igualmente trabalhar em parceria com os Estados-Membros e desenvolver o SOLVIT e o portal único SMAS (*Single Market Assistance Service*).

Desejo atribuir especial importância ao desenvolvimento dos serviços transfronteiras em linha e à protecção do consumidor, tanto no acesso a estes serviços como na sua utilização, de modo a reforçar a confiança do consumidor.

No domínio dos direitos de propriedade intelectual, pretendo a elaboração de um quadro jurídico coerente. Empenhar-me-ei na finalização dos trabalhos legislativos sobre a patente comunitária e o sistema de resolução de litígios em matéria de patentes. Tenho igualmente em vista uma modernização do quadro jurídico das marcas. Desejo reforçar o quadro jurídico relativo ao respeito dos direitos, completado pela instalação do Observatório da Contrafacção e Pirataria.

As regras aplicáveis aos contratos públicos devem estimular a competitividade da indústria e permitir às colectividades públicas fazerem as suas aquisições segundo a melhor relação qualidade-preço. A nossa política deve evoluir e permitir que a aquisição pública sirva para estimular a procura de produtos ou serviços inovadores, respeitadores do ambiente ou favoráveis à inclusão social. A este respeito, conto responder por uma comunicação interpretativa às necessidades de clarificação expressas pelo Parlamento. Estou convicto de que é necessário examinar se as regras, em si, podem ser melhoradas para facilitar ainda mais o acesso, designadamente das PME, aos contratos públicos. Para o efeito, está prevista uma avaliação das directivas, abrindo caminho a uma possível modernização posterior. Prosseguirei a finalização da avaliação de impacto em curso e dos outros trabalhos preparatórios, com vista a ponderar uma proposta legislativa no domínio das concessões. No respeitante ao «Legislar melhor», velarei, no decurso do meu mandato, por que qualquer proposta legislativa seja acompanhada de uma avaliação de impacto, incluindo o impacto social das medidas legislativas propostas. Em matéria de simplificação e de redução dos encargos administrativos, tenciono prosseguir o esforço empreendido e lançar, nomeadamente, a revisão das 4.^a e 7.^a directivas relativas ao direito das sociedades.